

IX ENEPEX/ XIII EPEX-UEMS E XVII ENEPE-UFMG

INVISIBILIDADE DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS, UMA ANÁLISE CRÍTICA DO ZEE-MS

Jackeline Thomaz Giovenardi (jackeline.tgiovenardi@gmail.com)

Letícia Golpian (starcell.leticia@hotmail.com)

Luciana Maria Bulcao Michelin (luciana.michelon883@academico.ufgd.edu.br)

Com a economia baseada na apropriação do espaço, na exploração dos recursos naturais e na concentração fundiária, o estado do Mato Grosso do Sul explora atividades agropecuárias, industriais e extrativistas visando a exportação de commodity. Com as crescentes preocupações vinculadas às questões ambientais foi desenvolvido o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), um instrumento elaborado e instaurado pela política nacional de Meio Ambiente visando o desenvolvimento sustentável a partir da adequação e desenvolvimento socioeconômico associado à conservação ambiental. O presente trabalho objetiva apresentar e discutir o ZEE-MS, correlacionar as zonas produtivas e a riqueza dos municípios abrangidos, e sobretudo levantar o debate sobre a exclusão de informações sobre os territórios tradicionais dentro do documento. A metodologia baseou-se na leitura crítica partindo do estudo da segunda aproximação do ZEE, foram analisados os documentos cartográficos das Zonas Ecológico Econômicas do estado e dos arcos de expansão, sobrepondo as cartas de Áreas Protegidas e Terras Indígenas. Soma-se um levantamento de dados populacionais das comunidades tradicionais presentes no MS. O ZEE-MS divide o território em dez zonas, a saber: as Zonas Iguatemi, Monções, Serra de Maracaju, Sucuriú-Aporé e Depressão do Miranda, essas apresentadas como Zonas Produtivas e já consolidadas através do uso e ocupação do solo. Entretanto, o MS dispõe de 79 municípios os quais são classificados dentro do ZEE em municípios com

alta, média e baixa taxa de riqueza, destes apenas oito enquadram-se em alta taxa de riqueza. Os municípios de Ponta Porã, Dourados, Sidrolândia, Maracaju e Caarapó presentes nas Zonas Produtivas e com destaque no ranking de maiores produtores de commodity não se encontram nesta listagem. Embora o ZEE apresente superficialmente uma estimativa das populações indígenas no estado nota-se a ausência de uma cartografia indicando os territórios tradicionais presentes dentro dos arcos de expansão e desenvolvimento, como é o caso das aldeias indígenas presentes no município de Dourados, essa a terceira maior Reserva Indígena do país. Essa invisibilidade que abre caminho para discussões sobre como o estado invisibiliza as populações tradicionais presentes no território. A análise realizada possibilitou compreender que o ZEE é um importante documento para a área ambiental, sobretudo na gestão ambiental, uma vez norteia diferentes tipos de planejamentos e conhecimentos a respeito do território em sua totalidade (político, econômico e social), além de apontar a necessidade da gestão contínua do meio físico visto que as ações antrópicas sobre natureza são contínuas e aceleradas. Entretanto, esse contato direto com o documento, possibilitou compreender o viés econômico predominante e os interesses unilaterais dos envolvidos, esses induzidos pelo Estado. Ainda nesse sentido uma análise crítica do ZEE permitiu evidenciar as fragilidades do documento, condição que possibilita a inserção de propostas visando sua melhoria, como por exemplo a inserção dos territórios tradicionais, a contabilização dos mesmos e a inserção da gestão territorial e ambiental de terras indígenas (PNGATI) dentro do ZEE.